

Abertura da IX sessão da AR recheada de discursos bonitos e conciliadores

Se tudo terminasse como tão bem e tão bonito começou...

- **Presidente da República falou da desconstrução da percepção de maioritárias autoritárias e, genuína ou não, pediu que os interesses partidários não suplantassem os superiores interesses dos moçambicanos**
- **Presidente da Assembleia da República eleita e deputados das três bancadas parlamentares convergiram na necessidade de tudo fazerem para que, no fim da legislatura, possam receber aplausos de missão cumprida**

(Maputo) Se tudo prosseguisse e terminasse como tão bem tudo ontem começou, os moçambicanos teriam sim razões para aplaudir o empenho e desempenho dos 250 deputados ontem empossados pelo Presidente da República, Filipe Nyusi.

Efectivamente, iniciou ontem, a IX legislatura da Assembleia da República (AR), com os dignitários a convergirem na necessidade de garantir que a chamada casa do povo desempenhe de forma eficaz e eficiente o seu papel, legislando e fiscalizando para o bem-estar social, político, económico e cultural dos 29 milhões de moçambicanos.

Primeiro foi o Presidente da República a apelidar a Assembleia da República de “espaço emblemático de promoção de ideias construtivas” e um local onde se cultivam máximos consensos. Pelo sim, pelo não, o facto é que a história faz com que haja muitas dúvidas sobre a construção de consensos, tendo em conta que o parlamento habituou os moçambicanos a sessões de insultos, de desvalorização do outro e de uma produção legislativa em benefício próprio.

Aliás, talvez tenha sido esta realidade que fez com que o Presidente da República e da Frelimo voltasse a abordar o assunto das maiorias qualificadas, que podem

ofuscar uns, e elevar outros em demasia.

Nisto, Filipe Nyusi falou de uma assembleia investida “com uma composição bastante desproporcional”, e daí a ideia de que “tudo será decidido pela bancada tida como superior porque é maioritária”. É pois aqui onde Filipe Nyusi defende a necessidade de desconstrução da ideia e percepção de uma maioria que manda em tudo e legisla tudo a seu bel-prazer.

“Esta é uma percepção que tem que ser desconstruída através de um trabalho consistente visando a criação de consensos sempre que possível, particularmente em matérias estrutu-

rantes da vida nacional. Tenham sempre presente que acima das bancadas parlamentares está Moçambique. Está o povo moçambicano que representais, está o interesse nacional dos moçambicanos e este deve prevalecer” – anotou o Presidente da República, pedindo uma postura digna e em nome dos mais superiores interesses dos moçambicanos. Ressalvou que as diferenças são normais, mas uma postura digna e responsável irá fazer com que as diferenças sejam bem sugeridas, tornando-se enriquecedoras e, por esta via, contribuir para o desenvolvimento nacional.

Cinco desafios

Filipe Nyusi compreende que cada legislatura tem os seus desafios e para a que ontem tomou posse, o Presidente da República apontou cinco despiques importantes e que devem ser concretizados nos próximos cinco anos.

O primeiro desafio apontado por Filipe Nyusi tem a ver com a necessidade de os deputados tudo fazerem para a consolidação da paz, particularmente dos mecanismos que irão ajudar o rápido desfecho do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração da chamada guarda residual da Renamo. Nesta abordagem entra, igualmente, o aprofundamento e melhoramento do pacote eleitoral, tudo a bem da criação de um ambiente de paz e harmonia social.

Os paradigmas de descentralização administrativa e governativa numa perspectiva de busca de uma produção legislativa que não conflitue com o caminho pretendido são outros desafios apontados. Devem, segundo Nyusi, encontrar caminhos de aperfeiçoamento das linhas de abordagem para que, ao fim do dia, todos os moçambicanos se sintam no caminho de atribuição de competências específicas da governação local.

O terceiro desafio tem a ver com a necessidade de contínua melhoria do quadro jurídico nacional para que seja cada vez mais equilibrado e moderno.

De acordo com Nyusi, “o nosso quadro jurídico deve estar ajustado a novos desafios do nosso sistema político, da nossa administração local, tendo em conta que pela primeira vez o país vai implementar um novo modelo de governação local com os primeiros governadores eleitos”.

Já o quarto e quinto desafios estão relacionados com a necessidade de contínua melhoria do quadro local atinente à promoção da economia, emprego e redistribuição da riqueza com enfoque para o bem-estar dos moçambicanos. Isto deve acontecer não olhando somente para os grandes projectos, mas para a totalidade da economia, o seu potencial crescimento e de desenvolvimento, incluindo a salvaguarda da biodiversidade e consequente dotação de resiliência na

abordagem sobre as mudanças climáticas.

247 presenças

Na cerimónia de empossamento estiveram presentes, 247 dos 250 deputados eleitos no escrutínio de 15 de Outubro de 2015. São, segundo se sabe, 184 deputados da Frelimo, 60 da Renamo e apenas seis do Movimento Democrático de Moçambique.

Pelos números anunciados, as três ausências são de deputados eleitos pelo partido Frelimo, pois os 60 da Renamo e os seis do MDM lá estiveram, deixando, deste modo, de lado, as ameaças de boicote à sessão de investidura.

Dos três deputados da Frelimo ausentes, destaque vai para Alberto Niquice, o deputado eleito pelo círculo eleitoral de Gaza. Segundo se sabe, ele enfrenta actualmente um processo criminal que corre trâmites na Procuradoria Provincial de Gaza, acusado de ter violado sexualmente uma menor de 13 anos.

No âmbito deste caso, Organizações da Sociedade Civil remeteram à Assembleia da República, com conhecimento da Procuradoria-Geral da República e do Conselho Constitucional, uma exposição exigindo que o deputado acusado não seja empossado até que o processo no qual é acusado seja devidamente esclarecido. Terá sido nesta lógica que Alberto Niquice jogou pelo seguro, evitando constrangimentos de se apresentar à Assembleia da República. **(Redacção)**